



PERSPECTIVAS
REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

VOL. 7, Nº 1, 2022, P. 283-299
ISSN: 2448-2390

Imagem, neoliberalismo e a experiência dos *memes* de internet

IMAGE, NEOLIBERALISM AND THE EXPERIENCE OF INTERNET MEMES

DOI: 10.20873/rpv7n1-40

Vinícius Martins Corrêa

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3321-7172>

Email: vinicius1988@yahoo.com

Resumo

A dinâmica do artigo se pauta em um exercício teórico que parte do conceitual e se desenvolve em uma tentativa de resposta direta às problematizações colocadas a partir da teoria focada num tempo presente. A principal questão teórica é desenvolvida com foco na construção de um entendimento do caráter epistemológico da imagem, até um desdobramento mais contemporâneo e específico, a saber o *meme* de internet. Dentro dessa discussão epistemológica estão presentes vários aspectos que são expostos no texto: a questão do olhar, da imagem, e, por fim, da pós-verdade e as dinâmicas da internet dentro de um panorama crítico da técnica. Após esse movimento teórico é proposta uma reflexão e conclusão que trabalha junto ao aspecto pedagógico como um modo de responder a uma demanda de uma razão tecnicista.

Palavras-chave

Neoliberalismo, Pós-Verdade, Teoria do Conhecimento, Meme.

Abstract

The dynamics of the article is based on a theoretical exercise that starts from the conceptual and develops in an attempt of direct response to the problematizations raised from the theory focused on a present time. The main theoretical question is developed focusing on the construction of an understanding of the epistemological character of the image, until a more contemporary and specific unfolding, namely the internet *meme*. Within this epistemological discussion several aspects are present and exposed in the text: the question of the gaze, of the image, and, finally, of post-truth and the dynamics of the internet within a critical view of technique. After this theoretical movement, a reflection and conclusion is proposed that works together with the pedagogical aspect as a way to respond to the demand of a technicist reason.

Keywords

Neoliberalism, Post-truth, Theory of Knowledge, Meme.

1. Olhar, imagem e teoria do conhecimento

Uma possibilidade de reflexão sobre a imagem técnica e a forma do *meme* de internet pode ser feita a partir do olhar humano. O ponto de partida que será introduzido em um primeiro momento será de uma premissa menos tradicional, que envolve a fisiologia do olho humano. A ideia passa por desenvolver do concreto do corpo humano uma condição ontológica da imagem, porém, partindo do sujeito que vê, o observador. Sabemos que o interior do globo ocular é composto pela retina, que ocupa boa parte do globo (2/3 do olho), e que, dentro da retina, existe uma zona de apenas 2 milímetros de diâmetro, a fóvea. Essa zona do olho é a única que obtém uma imagem com absoluta nitidez. Ou seja, de acordo com a fisiologia humana, ao se considerar o olhar na sua forma física e corpórea, a crença intuitiva de “ver a totalidade”, no sentido de acreditar que, sem esforço algum, temos uma visão automática de tudo aquilo que passa por nosso campo de visão, não se sustenta. Em outras palavras, nosso olho não forma, independentemente, uma imagem nítida. Sem um direcionamento e escolha (consciente ou inconsciente) próprios do sujeito que vê, não há uma visão plenamente constituída. Ao direcionarmos o olhar, tal lógica fica evidente, afinal, sem tal foco e direcionamento não é possível apreender qualquer objeto com nitidez. É nesse olhar direcionado que a imagem, enquanto resultante de uma visada de objeto em destaque, se forma. Sem essa visada, o objeto não seria nitidamente visível, mesmo que estivesse no campo de visão do observador.

Uma interessante questão que se coloca a partir disso se insere na dúvida do porquê de tal funcionamento. Não seria mais vantajosa – evolutivamente falando – uma situação hipotética em que a retina tivesse a maior parte da sua superfície “destinada” a tal visão nítida (no caso de toda retina ver todas as coisas com 100% de nitidez e não apenas através de uma pequena zona de 2 milímetros)? Uma provável resposta, partindo do que se sabe sobre fisiologia, é que, no caso de uma nitidez absoluta, o observador se sentiria “perdido” numa ampla panorâmica, e incapaz de discernir analiticamente onde seria preciso colocar o olhar e a atenção. Sem o contraste, não haveria uma zona (imagem) que fosse destacadamente nítida e, assim, atrelada à atenção. O exemplo de uma águia voando elucidava tal situação, do alto de seu voo, a águia, através de sua visão periférica (que enxerga sem nitidez), detecta o movimento e

direciona o olhar até sua presa, organizando todo ataque a partir desse seu olhar. Há uma convergência entre olhar e movimento.

Existem outras explicações mais técnicas que envolvem pressupostos mais voltados a receptores oculares e movimentos rápidos da retina. Entretanto, na caracterização da função do olhar, tal construção teórica se mostra eficiente e abre caminhos para possíveis reflexões. Possivelmente, não só as escolhas do observador, mas também as suas ações derivadas dessas escolhas não seriam viáveis sem um funcionamento ocular que distinga dentro de um olhar maior, panorâmico, a oposição entre o enxergar nítido e o enxergar periférico, sem nitidez. Em suma, são essas diferenças de nitidez e, simultaneamente, de atenção que possibilitam aos seres humanos contemplar e se deter diante de uma imagem de objeto. As coisas, tomadas em sua totalidade, estão em movimento entrelaçado, todavia o direcionamento do nosso olhar nos permite abstrair de tal devir conjunto, na construção de um sentido e de um posicionamento adequados, o isolamento destacado de certos objetos de nosso interesse, aos quais nos é preciso estar atentos.

Dentro desse universo e contexto traçados até o momento, podemos chegar à conclusão de que a imagem acaba sendo um meio fundamental para a constituição da individualidade própria do observador. Ou seja, construir um olhar vai na direção de construir um sentido próprio. Tal processo subjetivo se dá a partir da produção das imagens dos objetos visados.

Todo esse preâmbulo explora uma correlação de imagem e individualidade; que é o título de um livro de José Ângelo Gaiarsa, “Imagem e Individualidade”, de 2001. Terapeuta que inspirou o movimento teórico inicial sobre a fisiologia do olhar.

Fácil encontrar na literatura sobre semiótica o termo “imaginário” – sem mais –, como se imagens bastassem, como se fossem “fins em si mesmas”, como diziam os filósofos do meu tempo. Convém examinar mais de perto essa variedade de representações visuais e tentar compreender sua relação com o conhecimento da realidade, tanto coletiva (ciência) como individual (consciência). [...] Falar de imagens sem falar de ações – concretas, “práxis” – é mutilar uma relação essencial, é tornar o imaginário uma coleção de figurinhas. Um álbum de família. (GAIARSA, 2001, p. 24)

Gaiarsa nasceu no ano de 1920, possivelmente, dado o contexto do autor, “os filósofos de seu tempo”, são os que discutiram o estruturalismo, a partir de uma perspectiva linguística e de semiótica. Apesar de ser conhecido por trazer a leitura do psicanalista William Reich ao

Brasil, Gaiarsa também dialoga com o terapeuta Jung em muitas de suas obras, o que sinaliza o sentido desta sua intervenção destacada aqui. Entretanto, o importante de sua fala é ressaltar o papel de uma relação constitutiva da individualidade na imagem. É comum pensar a história da filosofia grega como superação dos mitos, porém, mesmo na filosofia que veio após os mitos não há uma exclusão da utilização das imagens para auxiliar o pensamento (algo que o mito trabalha ativamente). Em certo sentido, a filosofia trabalha seus conceitos em cima de imagens. O mundo imagético é absorvido e manipulado (retrabalhado) para a reflexão, o diálogo e o pensamento filosófico.

A realidade visual é rica de elementos tanto estáticos, estruturais (“quadros”) como dinâmicos (sucessão, movimentos). Do que vai acontecendo, vemos bem pouco de cada vez – ou a cada mudança na direção dos olhos. Nosso olhar ou é muito seletivo, preferindo certos elementos antes que outros, ou é vago, desinteressado. Se perguntarmos a algumas pessoas o que elas viram de certo quadro ou filme – mesmo que curto –, teremos relatos diferentes, de regra sumários, com omissões tanto numerosas quanto significativas. (GAIARSA, 2001, p.25)

Apesar de, nesse primeiro momento, o olhar ser um caminho e um meio para a formação da individualidade, existem outros aspectos da lógica do olhar que apontam, pelo contrário, para uma contradição de um olhar “sequestrado” pelas dinâmicas sociais. Ou seja, quando a imagem é cooptada para o direcionamento e produção de um olhar massificado. Disso, a resultante não é a formação da individualidade, mas a massificação dos indivíduos. Nesse aspecto, a imagem atua a serviço do que poderíamos chamar de espetáculo. Tal análise é feita, por exemplo, pelo filósofo francês Guy Debord (2003), em seu famoso livro *A sociedade do espetáculo*.

Dentro da reflexão proposta por Debord, as relações sociais são mediadas por imagens. Essa mediação se contrapõe a outras mediações anteriores como a política e a religião. O referido processo de transição levou o ser humano a passar de sua condição de animal político para a de animal a serviço das imagens, à mercê das imagens. Um exemplo possível se mostra com os dispositivos de propaganda e marketing captando a percepção humana em volta de suas imagens.

O espetáculo das imagens, seguindo a lógica de Debord, suprime qualquer autonomia dos indivíduos, reflete passividade e retira do ser humano até o ideal contemplativo, porque o espaço racional de contemplação é aprisionado e transformado em um limitado assistir que não

se demora. Há uma submissão geral e imprópria perante um grande fluxo de imagens, sem o tempo necessário para uma absorção própria.

A alienação do espectador em proveito do objeto contemplado (que é o resultado da sua própria atividade inconsciente) exprime-se assim: quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos ele compreende a sua própria existência e o seu próprio desejo. (DEBORD, 2003, p. 25-26)

A partir dessa reflexão sobre alienação podemos dizer que, tal é o fluxo de imagens impróprias a que damos nossa assistência, que nesse processo de mediação com as imagens estamos submetidos ao espetáculo, mas além dele, estamos submetidos a outras mediações como a da linguagem, que na forma de signos e significados também é uma discussão importante para o aspecto do *meme* e imagens técnicas. A mediação é uma condição inerente ao ser humano lançado ao mundo. Embora mediado pela linguagem, o aspecto de construção de um olhar próprio, traçado nessa introdução, abrange estruturas mais complexas e com um enfoque diferente quanto ao problema da linguagem. Porém, com todo esse percurso, podemos tentar fazer um resumo do que foi abordado até aqui.

Em um primeiro momento, o que temos é um sujeito autônomo, construindo sua individualidade através do olhar, mas inserido em uma história e experiência coletiva com as imagens, e nesse ponto sua autonomia está distante de ser absoluta, algo que Debord corrobora em seu trabalho. A apreensão do “real” é feita por um sujeito histórico, que possui um elemento concreto temporal e delimitado. Há uma dicotomia entre um olhar autônomo individual dentro de uma heteronomia que cerca o contexto e limitações próprios da arte em seus recortes e momentos históricos. Em outras palavras, não existe um olhar sem um contexto. Fazer e produzir imagens é algo intrínseco, no caminho de dar forma a um ponto de vista, dentro de um contexto que lhe impõe limites, independentemente das imagens servirem para a individualidade ou para o espetáculo e a massificação.

2. Uma epistemologia a partir da imagem

A imagem é uma representação do real, não um espelho desse real. Buscando uma relação com a filosofia, podemos brevemente traçar um paralelo com uma linha que abrange a teoria do conhecimento. Platão (ou o platonismo) entende que há uma ideia fora da nossa experiência comum com as imagens, externa. Dentro dessa noção, a ideia do real é construída sob as bases de um dogmatismo, que almeja, partindo de uma leitura comum do platonismo, o objetivo de atingir e compreender esse real mesmo que de forma aproximada. Afinal, não existe na concepção do platonismo, uma visão do real, dentre várias outras visões, mas sim “o real”, que só será atingido e apreendido intelectualmente por alguém qualificado. Toda visão do real é uma distorção da ideia real.

Ora, a teoria platônica é didática. Qual o problema? O problema surge quando questionamos o eixo nodal da teoria, a saber: existe alguém que possa estabelecer um conjunto de critérios, necessários e suficientes, para identificar a “ciência verdadeira”? Associado a este problema, surge outro muito mais forte: a mente humana é capaz de conceber, seja mediante recordação ou não, um modelo abstrato sobre a realidade que seja absolutamente real, verdadeiro e completo, conforme exige a ciência verdadeira? É óbvio: quando um padre medieval, um filósofo dogmático, um cientista, um professor ou qualquer outra autoridade procura justificar uma forma de Poder, raramente admitem que o seu modelo abstrato de interpretação da realidade é hipotético e limitado [...] Portanto, só resta o dilema: ou os indivíduos se submetem àquele modelo, ou então, devem ser excluídos. Não há alternativa diante de um ponto de vista que pretende ter acesso ao conhecimento absoluto. (ADLER, 2010)

Nesse ponto, é interessante notar que a filosofia de Kant trouxe novos contornos à questão do conhecimento do real e como a autonomia é um meio importantíssimo para se pensar a verdade enquanto construção. O criticismo da filosofia kantiana propõe estabelecer os limites de uma apreensão racional do real, sempre condicionada a um sujeito que enxerga o fenômeno e não a “coisa em si”. Essa noção apresenta uma revolução que contrapõe os perigos do dogmatismo presente em uma visão absoluta e universal do real, acessível por meio de outro que não o próprio sujeito.

Kant busca recuperar o sentido de autonomia considerando a totalidade do ser humano, considerando a racionalidade em sentido mais amplo que o instrumental, o que havia sido perdido pelos iluministas. [...] Em Kant, a natureza racional existe como fim em si mesma, dessa forma, os seres racionais possuem dignidade particular, e diferentemente do restante da natureza, são livres e autodeterminantes. Kant retomou de Descartes a ideia da natureza racional como fonte de dignidade, e a ideia de dignidade está inseparavelmente ligada à ideia de autonomia. (ZATTI, 2007, p.15)

Entretanto, isso não descarta a importância dos antigos no movimento conceitual que pretendemos fazer. Trata-se de algo que podemos qualificar como “razão artesanal”, vista enquanto fenômeno de uma tradição lógico-filosófica ocidental, que entende o objeto como algo que (baseando-se na etimologia), se põe diante dos olhos, construindo um modo de trabalho que torna possível um estabelecimento de uma teleologia condicionada ao verdadeiro e à verdade, dentro de uma apreensão do objeto.

Apesar de o conceito de autonomia ter sido definido e adquirido centralidade na modernidade, especialmente com Kant, já no pensamento grego era desenvolvida uma noção de autonomia. Ao longo da história essa noção vai adquirindo significados diferentes e, assim, vai sendo elaborada. Por isso, para entendermos a concepção de autonomia de um autor, precisamos olhar a qual heteronomia ele se opôs e o contexto histórico e teórico que o envolvia. Na Grécia antiga, historiadores como Tucídides e Xenofonte citam povos que se rebelavam e buscavam sua independência (cf. BOURRICAUD, 1985, p. 52), o que mostra a presença da ideia de autodeterminação política das cidades. Mas a noção de autonomia dos historiadores gregos fica restringida à ideia de autodeterminação das unidades políticas, as cidades. Ela é distinta da noção de soberania, de autarquia, de poder absoluto. (ZATTI, 2007, pp. 12-13)

O contexto de uma racionalidade artesã, que remete a uma noção platônica de uma cosmogonia antiga filosófica (demiurgo), ganha na lógica da contemporaneidade digital e da internet uma concepção interessante. O sujeito digital atual constrói conceitualmente, sobre objetos capturados e imagens técnicas em uma espécie de exercício de contemplação e ação no real (contemplar não é necessariamente uma ação passiva), ou seja, a história da técnica das imagens produzidas por aparelhos e atualmente na internet, retroalimentam uma dita cultura ocidental herdeira de toda uma construção conceitual grega.

Um aspecto epistemológico importante, dentro de uma discussão da questão da imagem e individualidade que viemos desenvolvendo, é que é possível dizer que a imagem por si mesma, embora potencialmente emanadora de discurso, não o faz sem o intermédio humano. As questões que as imagens nos colocam quanto à verdade não são passíveis de uma resposta exclusivamente semântica, porque a imagem só se constitui em discurso após mediação. O discurso pelo discurso pode levar à questão da verdade como um aspecto meramente linguístico e de significação, mas, no contexto colocado até aqui, verdade tem a ver com intenções e forças,

olhar e direcionamento. Não se trata da verdade como uma mera tecnicidade da linguagem, mas sim de entendê-la como uma construção.

Em suma, o contemporâneo do digital coloca outras questões e problematizações a respeito da ideia de imagem na forma de uma certa crise na qual não se enuncia uma verdade na forma de um conceito universal. É função da imagem numa aparição mais atual ter sua gramática própria e trabalhar a verdade de uma outra maneira. A partir disso, desenvolveremos uma melhor conceituação a respeito disso abordando sobre o famoso *meme* de internet e suas possíveis relações com fenômenos contemporâneos reais e concretos.

3. *Meme*, pós-verdade e neoliberalismo

Um fenômeno bastante presente na internet e que será tratado usualmente e convencionalmente aqui como imagem técnica é o “meme”. O conceito de *meme* remonta ao famoso biólogo Richard Dawkins que criou esse termo baseado na ideia de uma cultura humana comum e informações culturais que remeteriam a uma imitação e compartilhamento comum. A dimensão atual remonta a um desdobramento não só humorístico, mas também político, sendo inclusive de grande importância em cenário de eleições como forma de suscitar medo de que algo ruim possa acontecer, a partir de uma escolha contrária a alguma política partidária ou ideologia (de qualquer espectro).

O *meme* de internet, na sua concepção inicial, se construiu mais em cima de um conceito geralmente humorístico, através de imagens, vídeos e *gifs*. Entretanto, atualmente, a ideia de *meme* remete quase que exclusivamente à imagem. Para uma definição mais rigorosa temos Shifman (2020) que corrobora essa ideia geral sobre o *meme*:

Como parte de um grande esforço em aplicar a teoria evolucionista às mudanças culturais, Dawkins definiu memes como pequenas unidades culturais de transmissão, análogas a genes, que se espalham de pessoa para pessoa por cópia ou imitação. Exemplos de memes no seu ensaio pioneiro incluem artefatos culturais como melodias, bordões, moda e vestuário, assim como crenças abstratas (por exemplo, o conceito de Deus). (SHIFMAN, 2020; p. 79)

A proposta, mais do que teorizar sobre o que seriam os *memes* de internet, sobre a questão do humor envolvido, ou outras questões periféricas, é levá-lo para sua utilização política e

até desdobramentos epistemológicos, no sentido de manipular a verdade, construir através de uma imagem um conceito e ideia.

Como exemplo teórico desse uso político do *meme*, temos o trabalho da antropóloga Letícia Cesarino (2019), que em seu artigo: *Como vencer uma eleição sem sair de casa*, faz uma análise do que ela chama de ascensão do populismo digital no Brasil e se concentra especificamente numa análise antropológica que se debruça, entre outras coisas, sobre os *memes* produzidos na campanha eleitoral de 2018.

Esses conteúdos – textos, vídeos, memes, áudios, links – produziam, para aquela eleitora, uma realidade política que eu, habitante de uma bolha digital bem diferente, até então desconhecia. No geral, a antropologia entende que todo processo cultural e social é produzido na contingência da prática histórica, embora apenas alguns deles logrem se estabilizar de modo eficaz e gerar efeitos de verdade, assumindo então ares de “dados” da realidade. Eu me encontrava sem dúvida diante de um processo de construção desse tipo. Havia, porém, uma ambiguidade quanto à sua espontaneidade. Embora os agentes nessas redes digitais fossem livres para compartilhar e mesmo produzir o que desejassem, os conteúdos pareciam orientados por algum tipo de direcionamento, dada a insistente recorrência de certos padrões discursivos e estéticos. (CESARINO, 2019, p. 95)

Há uma intensa discussão sobre o aspecto teórico do *meme*, que é desenvolvido pela própria Cesarino (2019), também em Shifman (2020), além do artigo *A cultura dos Memes e as Formas de se Pensar a Política no Presente* (Souza; Vasconcelos; Parente, 2020) que enquadra uma dimensão de intensa inserção do *meme* no cenário contemporâneo.

A “memetização” da realidade foi crescendo no decorrer do tempo e pode ser definida como um processo de leitura de acontecimentos, uma forma de se lembrar o passado recente e, também, uma forma de se observar como o tempo presente vem sendo construído. A internet e os memes nas redes sociais digitais possibilitam uma inserção maior de setores menos imersos no debate político, além de terem feito com que os acontecimentos que acabam marcando a política, quase que automaticamente recebam uma resposta em memes, tornando assim notícias em imagens satíricas, e que por conta disso recebam uma visibilidade. (SOUZA; VASCONCELOS; PARENTE, 2020, pp. 4-5)

Embora haja uma possível tendência de desacreditar o *meme*, entendendo seu processo como algo meramente humorístico e sem substancialidade, essa interessante análise antropológica, citada acima, busca trazer o *meme* para uma proximidade, colocando-o como um fenômeno relevante e que necessita ser estudado. Há, nele, uma formalização de um olhar do sujeito digital que cria *memes*, num contexto e mediação com funcionamento próprio, condicionado a

um ambiente específico de interações em diversas redes sociais e com certas particularidades que, para não fugir do escopo do artigo, não abordarei com mais detalhes aqui.

Existe uma postura comum na cultura contemporânea de internet, a saber, uma cultura narcísica que valida suas posições com base em uma experiência individualista. Toda interação de um “sujeito digital” é mediada por um dispositivo e plataforma que esconde as suas regras, principalmente no funcionamento do chamado algoritmo (em linhas gerais o algoritmo é o que coordena onde, pra quem e para quantos o discurso chega). Em outras palavras, a experiência na internet não é focada em uma horizontalidade do discurso. Nem todas as pessoas exercem sua voz na internet orientada pelo princípio de uma fala franca. Há um modelo de pirâmide na internet em que a relevância do algoritmo é um processo obscuro na grande maioria das plataformas digitais atuais. O que se vê, principalmente nas redes sociais, é uma ilusão de autenticidade no discurso que seus usuários emitem. A validação desse discurso segue uma linha bastante presente na atual política neoliberal, uma “eu-pistemologia¹”, que em suma se trata de uma validação de argumentos em uma vivência pessoal, localizada e territorializada, ou seja, uma construção de conhecimentos através experiências caseiras e percepções pessoais. Essa forma de percepção e construção do real é então conectada com outras formas similares através das redes sociais, quando então constroem juntos um mundo paralelo. A validade daquilo que se conhece segue uma noção de adequação a uma espécie de “verdade customizada”, de acordo com um interesse hiperindividualista, na esteira da ideia que se eu desejo que algo seja verdade isso basta.

O apelo às emoções é o mote principal do que ficou conhecido como pós-verdade, em que a verdade objetiva dos fatos concretos é substituída por uma questão de trabalho em cima das emoções. Nesse ponto, o diálogo e o convencimento por meio de argumentos racionais ficariam inviabilizados. Há um paradoxo presente em uma espécie de pseudoceticismo, pois quanto mais “ceticismo”, em relação aos antigos processos de mediação, mais credulidade. Muitos dos que dizem não acreditar em nada, na realidade, têm uma crença em algum dogma, de

¹ Termo cunhado por Liesbeth Van Zoomer no artigo: I-Pistemology: Changing truth claims in popular and political culture. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/254089325_I-Pistemology_Changing_truth_claims_in_popular_and_political_culture.

forma acrítica e oculta. A crença na terra plana, por exemplo, é admitida diante de uma suposta postura cética com relação aos grandes veículos científicos, às agências como a NASA e todo o meio acadêmico em geral, que são exemplos de antigos mediadores entre os fatos e acontecimentos e a comunidade em geral.

O neoliberalismo se conecta com tudo isso num processo imbricado, em que a gestão do conhecimento é individualista. Nesse ponto é necessária uma rápida conceituação, a partir de Pierre Dardot e Christian Laval, que fazem uma análise das dinâmicas neoliberais no livro *A nova razão do mundo* (2016), situando-o como uma forma de governamentalidade e não como uma doutrina heteróclita (que contraria a regra): para os autores o neoliberalismo é “precisamente o desenvolvimento da lógica do mercado como lógica normativa generalizada, desde o Estado até o mais íntimo da subjetividade.” (DARDOT & LAVAL; 2016)

Há no neoliberalismo uma perspectiva de gestão do sofrimento, porém, além disso, uma lógica que interage na funcionalidade dos sujeitos, gerindo não só o sofrimento, mas o gozo dos indivíduos.

Quando poder e liberdade subjetiva não são mais contrapostos, quando se estabelece que a arte de governar não consiste em transformar um sujeito em puro objeto passivo, mas conduzir um sujeito a fazer o que aceita querer fazer, a questão se apresenta sob uma nova luz. O novo sujeito não é mais apenas o do circuito produção/poupança/consumo, típico de um período consumado do capitalismo. O antigo modelo industrial associava – não sem tensão – o ascetismo puritano do trabalho, a satisfação do consumo e a esperança de um gozo tranquilo dos bens acumulados. Os sacrifícios aceitos no trabalho (a “desutilidade”) eram comparados com os bens que poderiam ser adquiridos graças à renda (a “utilidade”). Como lembramos antes, Daniel Bell mostrou a tensão cada vez mais forte entre essa tendência ascética e esse hedonismo do consumo, uma tensão que, segundo ele, chegou ao ápice nos anos 1960. Ele entreviu, sem ter ainda condições de observar, a resolução dessa tensão num dispositivo que ia identificar o desempenho ao gozo e cujo princípio é o do “excesso” e da “autossuaperação”. Não se trata mais de fazer o que se sabe fazer e consumir o que é necessário, numa espécie de equilíbrio entre desutilidade e utilidade. Exige-se do novo sujeito que produza “sempre mais” e goze “sempre mais” e, desse modo, conecte-se diretamente com um “mais-de-gozar” que se tornou sistêmico. (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 355)

O principal efeito disso se manifesta na pós-verdade. O sujeito com acesso à pesquisa de fontes disponíveis na internet acredita estar “empoderado” com um conhecimento ímpar, livre da influência e do controle de qualquer instância mediadora. Entretanto, esse indivíduo na

internet, inserido na instância do digital e das plataformas, ignora que está substituindo antigas mediações por outras desconhecidas e invisíveis para ele.

Hoje não somos mais destinatários e consumidores passivos da informação, mas sim remetentes e produtores ativos. Não nos contentamos mais em consumir informações passivamente, mas sim queremos produzi-las e comunica-las ativamente nós mesmos. [...] Mídias como blogs, Twitter ou Facebook desmediatizam a comunicação. A sociedade de opinião e de informação de hoje se apoia nessa comunicação desmediatizada. Todos produzem e enviam informação. A desmediatização da comunicação faz com que jornalistas, esses antigos representantes elitistas, esses “fazedores de opinião” e mesmo *sacerdotes da opinião*, pareçam completamente superficiais e anacrônicos. (HAN, 2018, pp. 36-37)

As ideias do filósofo Byung-Chul Han exercitam uma análise fenomenológica da técnica, mas que conecta o problema da técnica à lógica neoliberal contemporânea. Um outro aspecto, que conecta todo esse processo neoliberal à pós-verdade, se mostra na medida em que as reflexões de Han encontram as contribuições do filósofo francês Michel Foucault: o aspecto do poder. O trabalho mais notório, no que tange o objeto que estamos tratando, a saber o neoliberalismo, pode ter como destaque seu *Nascimento da Biopolítica*, em que Foucault delineia uma racionalidade política conjunta a uma racionalidade governamental que busca gerir a conduta dos Homens. Em Han, essa reflexão também se concentra no modelo neoliberal com um maior foco. Segundo o autor, esse modelo consegue tornar o poder exercido invisível.

No universo das redes sociais, esses minifeudos com armadilhas pavlovianas disputando nossa atenção o tempo todo, temos o sujeito digital que se sente parte e senhor desse feudo. Uma figura soberana com poderes de falar o que quer, mandar, desmandar e bloquear da maneira que melhor lhe aprouver. Infelizmente, não se enxerga os mecanismos implícitos de dominação, seja em uma espécie de trabalho não pago, seja na percepção (atenção) cooptada. Há, no usuário digital, uma grande matéria prima para uma economia de dados global, fornecida pelo próprio usuário sem ele se dar conta disso. Assim, em meio a isso, há uma pergunta frequente mas um pouco desprezada pelo clichê que representa: o que fazer?

4. Uma saída dialética: a Pedagogia Radical

Nesse intermezzo das críticas à tecnologia é preciso a busca por uma análise menos “apocalíptica” que a do filósofo sul-coreano Han. Uma saída possível está em voltar-se para a educação e lidar com uma proposta crítica em relação à uma certa razão tecnicista hegemônica, englobando também o horizonte do pedagógico. Visamos, nesse ponto de conclusão, construir uma reflexão crítica reconhecendo as imposições e sujeições de uma atual sociedade do desempenho, postulando um campo prático de análise sobre esse problema através de novo prisma que considera a situação dos docentes e educandos de maneira mais efetiva, no lugar de um sujeito digital abstrato. Ao mesmo tempo, o lugar-comum repetido incessantemente que há a democratização do conhecimento automática com o uso dessas ferramentas tecnológicas, também se coloca como um problema que abrange o que é chamado de opressão do digital. Uma concorrência desleal com a tecnologia que (de)forma os sujeitos para o mercado que atende à lógica de um sujeito do desempenho submetido à autoexploração contínua. Nesse âmbito, podemos inserir a perspectiva de pensarmos uma Pedagogia Radical² na dupla tarefa de crítica e resistência é fundamental para a manutenção do educacional, envolvendo práxis e currículo na formação de um educador engajado com seu contexto mais atual. Essa dita “democratização” pode ser explicada de melhor forma usando os termos “mercantilizar” ou “internetizar”, ou seja, quem faz a democratização não são os professores, essa democratização está sendo feita pelo neoliberalismo e atendendo aos seus interesses.

Portanto, obtém-se uma clara ideia da problematização em relação aos obstáculos da educação pautada pela simples reprodução da técnica. No entanto, a proposta, a partir da clarificação do problema, busca uma alternativa além de mera descrição do fenômeno, tal qual Han o faz. A internalização de uma lógica tecnicista e produtivista, o que é chamado de autoexploração por Han, encontra dentro da situação da educação um *locus* próprio. A análise crítica da tecnologia leva essa constatação do filósofo para outro patamar de reflexão.

² A Pedagogia Radical tem uma função formativa específica: estimular o pensamento crítico – negativo – como possibilidade de restabelecer a razão humana livre da racionalidade tecnológica e colocar os estudantes no caminho da emancipação, entendida como possibilidade de “cultivo da individualidade totalmente desenvolvida”. (SOARES, 2020, p.46)

Destarte, uma possível crítica poderia se dar entre a distância da realidade alemã (da qual o filósofo Han participa) para a situação brasileira. Apesar de ser preciso levar em consideração os diferentes contextos e contradições internas do movimento real, há uma universalidade dessa experiência e que ela direciona a sociedade do desempenho. Constatações atuais, a respeito da total inescapabilidade da realidade neoliberal e diminuição de qualquer horizonte transformador possível, feitas não só pelos próprios autores citados aqui, mas outros, no qual destaco o inglês Mark Fisher, por exemplo, mostram certa intensificação da precariedade e maior dificuldade que resvalam também no cenário educacional.

Embora com algumas diferenças, a situação da onipresença da tecnologia é experimentada por todos, mesmo que de maneiras distintas. Nesse caminho, um exemplo digno de menção foi a situação de queda de um aplicativo de mensagens num período recente.³ De outra maneira, para muitos profissionais que lidam diariamente trocando mensagens de forma obrigatória havia um certo alívio, para parte geral da população, a experiência foi descrita como muito ruim e agonizante.

Em seu recente artigo *As ciências humanas em tempos de mercantilização da educação*, o professor Paulo Sérgio Gomes Soares (2020), baseado no pensador da teoria crítica Marcuse, faz uma análise do problema dialético da técnica em um cenário que considera primordialmente os seus desdobramentos na educação. Nele, a proposta de pedagogia radical se apresenta como possibilidade de intensificação da crítica e práxis direta de intervenção.

Marcuse, o pensador da grande recusa, nos anos de 1960, já alertava aos perigos da cultura afirmativa e à sua influência no campo educacional, procurando conduzir sua prática docente por meio de uma Pedagogia Radical capaz de colocar os estudantes diante da crítica negativa por meio do exercício da dialética, um método que evidencia as contradições e destrói o falso consenso e a unidimensionalidade em torno da cultura afirmativa defendida pelo positivismo torpe. (SOARES, 2020, pp. 42-43)

Diante disso, é possível pensar uma intervenção direta e proposta que pretende questionar o status quo. Tal situação está presente de maneira ativa na construção ideológica de uma

³ <https://www.otempo.com.br/tecnologia/whatsapp-fora-do-ar-o-que-se-sabe-sobre-a-queda-geral-de-aplicativos-1.2551146>

razão ou racionalidade tecnológica eclipsando uma razão crítica. Nessa perspectiva que busca uma intervenção, almeja-se a possibilidade de avanço da discussão quanto aos problemas e contradições impostos pela técnica de maneira geral.

Sem oposição, em face do falso consenso, não há transformação social qualitativa, e a emancipação – que deve ser o fim último de qualquer processo educacional – se inviabiliza, deixando os indivíduos encerrados nos limites da experiência restrita e permitida pelo sistema, mas de uma forma que os próprios indivíduos não percebiam os condicionamentos da racionalidade tecnológica. Diante desse quadro, a restituição do conceito de razão crítica contra a unidimensionalidade da cultura afirmativa ganha relevo e importância no processo formativo educacional, não podendo ser negligenciada a ponto de não mais fomentar as condições de transformação qualitativa da sociedade. (SOARES, 2020, p.43)

Assim, tal ideia de uma Pedagogia Radical abrange ir à raiz do que se entende essencialmente por um processo educativo. Desenvolver a individualidade por completo, emancipar de forma a liberar o humano de um condicionamento a uma razão tecnicista se torna fundamental. A análise concreta desse fenômeno nos leva à conclusão sistemática de uma opressão do digital presente em todo um contexto já mencionado de neoliberalismo e/ou pós-fordismo. Ao mesmo tempo, considerar o impacto do digital e da questão da técnica no sentido de um caminho sem volta para a humanidade em sua totalidade, se torna uma contradição a ser explorada pedagogicamente. Ou seja, nesse caminho, pensamos uma proposta de contexto educativo que atue na desalienação técnica, distante da negação pura e simples dos novos processos impostos pelas plataformas tecnológicas atuais.

Essa ideia dialética, num contexto pedagógico, não é uma escolha arbitrária, mas se pauta num horizonte importante, principalmente ao considerarmos o que temos do desenvolvimento de teorias avançadas no país (não poderia deixar de citar aqui o nosso expoente máximo: Paulo Freire)

O horizonte transformador e o caráter dialético da educação estão muito presentes na obra freiriana. Em sua obra *Extensão ou comunicação?*, para um exemplo mais direto, Paulo Freire usa o espaço agrário do Chile para teorizar o papel transformador da educação voltada para indivíduos desse ambiente. Na visão do autor, a busca do conhecimento se faz na consciência transformadora de que se sabe pouco, há uma dialética nesse processo, presente na

separação e junção “do que se sabe e não sabe”. A eterna curiosidade e admissão de que necessitamos constantemente nos colocar, enquanto educadores, no papel de aprendizes, uma atitude dialética, de crítica, e por que não dizer, de radicalidade.

O saber começa com a consciência do saber pouco (enquanto alguém atua). Pois sabendo que sabe pouco que uma pessoa se prepara para saber mais. Se tivéssemos um saber absoluto, já não poderíamos continuar sabendo, pois que este seria um saber que não estaria sendo. Quem tudo soubesse já não poderia saber, pois não indagaria (FREIRE, 1983).

Outrossim, com a intenção de clarificar esse entendimento dialético, a metodologia dialética coloca uma noção atualmente em desuso e estranha que é o conceito de totalidade. Sem a conceituação e problematização que leva em conta o aspecto de uma totalidade, temos a perda de um horizonte transformador. Ou seja, ao lidarmos com o aspecto global e universal da técnica (afinal não é possível enxergar atualmente algo que escape ao capitalismo), é preciso mobilizar, por meio da dialética, uma contradição também global. A dialética, nesse sentido, possui função crítica fundamental: conectar, dentro de uma ressonância, as particularidades dispersas numa resistência unívoca.

A ignorância do aspecto de totalidade e hegemonia da técnica, a ausência de um olhar sobre as opressões do digital e a incapacidade de enxergar tal situação perpetuam a lógica de predomínio da razão tecnicista. Às margens da ausência de uma ideia de totalidade, essa lógica será mantida nas formas e mediações sociais que visualizamos atualmente.

Referências bibliográficas

- ADLER, Paulo. **O nascimento da Filosofia e o Paradigma de Platão**. UFT, 2010. Disponível em <<https://docero.com.br/doc/nxc8nvx>> acesso em 12/02/2022.
- CESARINO, Leticia. **Como vencer uma eleição sem sair de casa: a ascensão do populismo digital no Brasil**. Internet & Sociedade, v. 1, n. 1, 2019.
- DARDOT E LAVAL. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. São Paulo: Projeto periferia, 2003.
- FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira, prefácio de Jacques Chonchol - Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983 - 8.ed.
- GAIARSA, José Ângelo. **Imagem e individualidade**. São Paulo: Editora Gente, 2001.
- HAN, Byung-Chul. **No Enxame**. Petrópolis: Vozes, 2018.

- SHIFMAN, Limor. Uma biografia telegráfica de um encrenqueiro conceitual. In: CHAGAS, Viktor (org). **A cultura dos memes: aspectos sociológicos e dimensões políticas de um fenômeno do mundo digital**. Edufba: Salvador, 2020. p. 79-80
- SOARES, Paulo. **As ciências humanas em tempos de mercantilização da educação**. Conjectura. Caxias do Sul, v.25, Dossiê, p. 34 - 54, 2020.
- SOUZA; VASCONCELOS; PARENTE. **A Cultura dos Memes e as Formas de se Pensar a Política do Presente**. IJ08 – Estudos Interdisciplinares, da Intercom Júnior – XVI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2020
- ZATTI, Vicente. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire**. Porto Alegre: Edipucrs, 2007.
- ZOONEN, Liesbet. **I-Pistemology: Changing truth claims in popular and political culture**. European Journal of Communication - EUR J COMMUN. 27. 56-67. 10.1177/0267323112438808, 2012.

Sites

<<https://www.otempo.com.br/tecnologia/whatsapp-fora-do-ar-o-que-se-sabe-sobre-a-queda-geral-de-aplicativos-1.2551146>> acesso em 12/02/2022

Recebido em: 26/09/2021
Aprovado em: 10/03/2022

Vinícius Martins Corrêa

Possui graduação em Filosofia pela Universidade Federal do Tocantins (2018), especialização em Ética e ensino de filosofia pela Universidade Federal do Tocantins (2019) e mestrado-profissionalizante em filosofia pela Universidade Federal do Tocantins (2021). Atualmente é Professor de Filosofia do Instituto *Mater Dei*.